

**PROJETO DE LEI Nº     , DE 2015**  
**(Do Sr. Carlos Bezerra)**

Dá nova redação ao art. 8º da Lei n.º 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que “altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei inclui, entre as deduções permitidas para efeito da apuração da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas, as despesas com o armazenamento de óvulos e embriões destinados à fertilização in vitro, bem como os valores pagos para coleta, seleção e armazenamento de células-tronco oriundas de cordão umbilical.

Art. 2º A alínea a do inciso II do parágrafo 2º do art. 8º da Lei n.º 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º .....

.....

II – .....

*a) aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, bem como as despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos, próteses ortopédicas e dentárias, armazenamento de óvulos e embriões*

*destinados à fertilização in vitro e despesas com coleta, seleção e armazenamento de células-tronco oriundas de cordão umbilical;*

.....” (NR)

Art. 3º O Poder Executivo, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 5º e no art. 14 da Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente desta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanhará o projeto da lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Atualmente, a legislação tributária já permite a dedução de algumas despesas com saúde, mas não contempla as despesas com o armazenamento de óvulos e embriões destinados à fertilização in vitro. A Política Nacional de Atenção Integral à Reprodução Assistida no Sistema Único de Saúde, apesar de implantada em 2012, ainda tem uma demanda reprimida significativa e poucos centros para realizar os procedimentos, o que significa anos de fila de espera.

Quanto ao armazenamento de sangue do cordão umbilical, está em expansão a capacidade dos Bancos de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário de natureza pública. Cumpre assinalar que a vocação desse serviço é disponibilizar as células tronco para qualquer pessoa que tenha necessidade e apresente compatibilidade, que não precisa ser total. No âmbito do Sistema Único de Saúde, a coleta e o armazenamento para uso heterólogo são gratuitos.

No entanto, as pessoas têm procurado armazenar as células para eventual uso futuro da criança. Apesar de existirem milhares

de amostras em bancos particulares, muito poucas são empregadas de fato. No entanto, a discussão do direito das famílias optarem pelo procedimento e da possibilidade de deduzir esses gastos do Imposto de Renda precisa ser feita.

Os dispositivos da legislação tributária que regulam a dedução de gastos com saúde no imposto de renda das pessoas físicas foram concebidos em uma época em que essas técnicas ainda eram bastante incipientes. Assim, é pertinente analisar se ainda se justifica sua exclusão do rol das despesas dedutíveis.

A legislação precisa ser atualizada a fim de que o Estado possa exercer plenamente seus objetivos de intervenção e fomento.

Logo, nobres Parlamentares, peço o apoio de todos para que contribuam no debate desta matéria e no aperfeiçoamento da legislação vigente.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2015.

Deputado CARLOS BEZERRA

2015-6888